



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE 30 DE MARÇO DE 2020

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves

**Vice-Presidentes:** Ex.<sup>mos</sup> Guilherme Octaviano  
Levy Nazaré

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

A Comissão Permanente apreciou a proposta de marcação de uma reunião plenária, fora do período de funcionamento normal do Plenário, e os pontos da ordem do dia. Fizeram uso da palavra os Srs. Deputados Abnildo d' Oliveira (ADI), Arlindo Ramos

(ADI), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Levy Nazaré (ADI) e Domingos Boa Morte (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Abnildo** do Nascimento **d'Oliveira**

**Arlindo Ramos**

**José António Miguel**

**Domingos** José da Trindade **Boa Morte**

**Ekneide** Lima dos **Santos**

**Idalécio** Augusto **Quaresma**

**Levy** do Espírito Santo **Nazaré**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Amaro** Pereira de **Couto**

**Américo** Cravid Pereira **Pinto**

**Cílcio** Sodjy da Vera Bandeira Pires dos **Santos**

**Danilo** Neves dos **Santos**

**Guilherme Octaviano** Viegas dos Ramos

**Raúl** Espírito Santo **Cardoso**

Grupo Parlamentar PCD/MDFM-UDD:

**Danilson** Alcântara Fernandes **Cotú**

**Delfim** Santiago das **Neves**

O Sr. **Presidente**: — Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Uma interpelação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Concernente à agenda de trabalho, quero pedir a anuência de outros Sr. Deputados da Comissão, para que pudesse ter um período prévio de pedido de esclarecimento à Mesa. Esta é a minha proposta.

O Sr. **Presidente**: — É uma proposta de um período prévio, mas antes gostaria de informar também aos membros, já que estamos no período prévio, que enquanto perdurar o período de contenção e para que possamos evitar eventual caso do coronavírus em São Tomé e Príncipe, vamos ter de manter o distanciamento. Por isso, esta reunião da Comissão Permanente vai decorrer na Sala de plenária, de modo que possamos ter espaço suficiente de distanciamento entre os Srs. Deputados. Outrossim, em caso de haver reuniões plenárias, vamos ter que nos adaptar à sala do anfiteatro, tendo em conta que é um espaço maior, em que poderemos acomodar-nos todos, com o distanciamento necessário para evitar eventuais contágios.

Portanto, há uma proposta, não sei se há alguma oposição a ela. Se não houver, podemos aceitar, a Mesa não vê nenhuma inconveniência.

Portanto, está aceite o ponto prévio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, apenas duas notas.

Primeira, sobre a comunicação na Assembleia Nacional. Nós, na legislatura passada, tínhamos um mecanismo que permitia aos líderes parlamentares e aos presidentes das comissões a facilitação da comunicação. Hoje, estamos na política de menos papel e uso das tecnologias de comunicação, mas a opção feita pela Assembleia agora pelos Serviços não tem ajudado muito, porque o *router* que temos, da UNITEL, não tem cobertura em todos os distritos, e também fizemos um *download* de um ou outro documento, os megas vão *para o ar*, e tem dificultado, pelo menos a mim, os trabalhos.

Portanto, é este o primeiro ponto, e eu gostaria que a Mesa pudesse ver que mecanismos poderemos utilizar.

A segunda, nós fizemos uma Conferência de Líderes, na Sexta-feira passada, o Presidente anunciou a entrada de duas iniciativas, que teriam dado entrada na Quinta-feira. Hoje já é Segunda-feira e nós ainda não temos textos desses documentos. Uma vez que essas iniciativas não irão à Comissão Especializada para análise, seria bom que os Deputados pudessem tê-lo, a tempo e hora, para poderem analisar e ter uma melhor participação.

São esses dois pontos, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tomámos boa nota dos dois assuntos levantados, porque é uma preocupação, penso, geral. Nós temos tido dificuldades também com a Internet mesmo a nível dos Serviços. Neste momento nem temos e a questão do *router*, vamos ver com os Serviços da Assembleia como melhorar a situação junto à UNITEL, sob pena de substituirmos a empresa que está a fornecer o serviço por outra.

As iniciativas deram entrada, como havia informado à Conferência de Líderes. Como sabe, a tramitação é feita a nível dos Serviços. Nós remetemos a iniciativa aos Serviços para verificar a sua admissibilidade e até então ainda não subiu. Espero receber essas iniciativas ainda hoje. Está cá o Director, se calhar nos poderá informar, e a partir daí iremos reencaminhar, ou melhor, enviar aos Grupos Parlamentares para...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Protesto.

O Sr. **Presidente**: — Protesto?  
Tem a palavra.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Então, se a iniciativa ou a proposta foram aos Serviços, mas já foram anunciadas aos Deputados, e parte-se do princípio de que o agendamento das reuniões terá como base essas iniciativas que deram entrada, logo, não será que devia ser o inverso? Depois de ter cumprido a tramitação e a sua admissibilidade aí sim.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Não. Uma coisa não depende da outra. Estamos reunidos em Comissão Permanente, para marcar ou não uma reunião plenária. Portanto, há tempo suficiente para que os Serviços possam analisar o documento e, em termos regimentais, portanto, os documentos devem ser distribuídos com 24 horas de antecedência. Portanto, temos tempo para enviar a todos os Srs. Deputados a cópia dos documentos que vão ser discutidos na reunião plenária. Portanto, desta reunião da Comissão Permanente, não vejo problema, a menos que cite algum artigo do Regimento que impõe que, antes de marcar a reunião da Comissão Permanente, tinha que se enviar os documentos. Aqui as nossas competências nesta reunião é promover a convocação da Assembleia, tendo em conta que estamos no período de férias. Apenas isso.

Não sei se há mais alguma questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, é verdade que a competência da Comissão Permanente é promover a convocação da Assembleia, sempre que tal seja necessário. A necessidade de promover essa convocação, eu, como Deputado, não sei qual é a necessidade que leva a Comissão Permanente a promover a convocação da Assembleia, porque não sei qual é a razão. Portanto, a Comissão Permanente deve ter conhecimento das razões que levam os Deputados a tomarem decisão de convocar a Assembleia para uma reunião plenária.

Portanto, é esta a minha dúvida, e eu gostaria que o Sr. Presidente pudesse esclarecer-me.

O Sr. **Presidente**: — Bom, nós estamos no período prévio, não é? Porque a razão para se convocar a reunião plenária vem claramente na convocatória, que diz que há necessidade de uma reunião plenária. Quando chegarmos ao ponto da ordem do dia, a Mesa irá informar o porquê desta necessidade.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais assunto prévio?  
Não sendo o caso, passemos à ordem do dia.

A Mesa recebeu, como foi dito aqui, duas iniciativas, proposta do Governo. A primeira tem a ver com alteração da Lei do IVA e a segunda, a flexibilidade orçamental. Tendo em conta o período que estamos a viver, o Orçamento Geral do Estado, quando foi aprovado, não se previa esta situação de pandemia do coronavírus, o que leva o Governo a fazer algumas despesas extraordinárias, e torna-se necessário a sua explicação e também a legitimação da Assembleia Nacional.

É preciso que nós tenhamos em conta que estamos no período de emergência, estamos a viver o estado de emergência. Não estamos num período normal de funcionamento do Estado, no regime de Direito Democrático, em que tudo deve correr no seu período adequado, de acordo com a lei e com o Regimento da Assembleia Nacional. Estamos num período excepcional. Portanto, sendo um período excepcional, medidas excepcionais também devem ser adoptadas. Daí que, assim que recebemos essas duas iniciativas, convocámos a Conferência de Líderes, informámos, a Mesa fez despacho, submeteu à apreciação, para ver a sua admissibilidade. Podemos garantir que não há imperativo legal que possa impedir as diligências que estamos aqui a fazer, tendo em conta que regimentalmente não há nada que impeça a tramitação desses dois projectos de lei.

O terceiro ponto que também recebemos é um acordo de empréstimo entre o Estado são-tomense e o FIDA. Portanto, tratando-se de um acordo que normalmente ou, regra geral, quando se trata de acordos

rubricados entre duas entidades diferentes fora do Território Nacional, nós só podemos ratificar ou rejeitar. Portanto, não se acrescenta uma vírgula sequer. Portanto, está tudo bem, aprova-se, não estando bem, não é de acordo com aquilo que entendemos, rejeita-se.

Por isso, nós aproveitámos também para introduzir na ordem do dia da eventual reunião plenária que estamos aqui hoje a analisar a sua realização ou não. Portanto, são os 3 pontos que gostaríamos de propor para a próxima reunião plenária e, naturalmente, sendo uma reunião plenária normal terá o período prévio da ordem do dia. Se houver deputados que queiram ser substituídos, eventualmente, acto de posse, declarações políticas, intervenção no período antes da ordem do dia sobre assuntos de interesse relevante e esses 3 pontos que vamos analisar nesta reunião.

Portanto, são estas as razões que subjazem à necessidade e uma reunião plenária antes do período regular do funcionamento da Assembleia Nacional.

Estão abertas as inscrições para alguma reacção, período de esclarecimento, se for o caso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Não sei se posso falar sentado, ou falar de pé. Se me puder autorizar, vou falar de pé:

Sr. Presidente, como Deputado, gostaria de dar a minha opinião sobre aquilo que foi lido como assunto que leva a Comissão Permanente a marcar uma reunião plenária, numa ocasião de estado de emergência, em que nós estamos, e também tendo em conta o conteúdo desses assuntos a ser discutidos. Acho não ser oportuno marcar uma reunião plenária para discutir ou aprovar esse assunto.

Primeira abordagem, eu pensei que esta reunião da Comissão Permanente seria convocar a Assembleia para avaliação do estado de emergência actual, em que nós estamos, porque temos estado a ouvir, através da comunicação social, a necessidade de prorrogação do estado de emergência. Pensei que era este assunto que devíamos vir tratar, e também podermos avaliar. Nós estamos numa situação, pelo que o Sr. Presidente disse, especial. Podemos avaliar qual é a situação actual, quais são os factos ou alguns aspectos que possam ter sido identificados durante a vigência desse estado de emergência. Porquê? Não sendo suficiente o tempo decretado sobre o estado de emergência, em que o Governo já fala em pedir a prorrogação desse tempo, eu acho haver alguma necessidade de a Assembleia ser esclarecida sobre todos aspectos ligados ao estado de emergência. Eu acho muita falta de sensibilidade virmos discutir agora, nesta fase que o mundo sofre, que o mundo tem grandes dificuldades, uma alteração, ou uma eventual correcção da Lei do IVA, ou vir aprovar um acordo que pode ser aprovado na próxima sessão plenária normal. Quer dizer, eu acho muita falta de sensibilidade da nossa parte. Este é meu ponto de vista.

Acho que devíamos marcar sim uma reunião plenária para avaliarmos a nossa situação actual, face a essa crise mundial de coronavírus que atravessamos, qual é a nossa capacidade, qual foi a nossa acção, no âmbito do estado de emergência, o que é que ficou comprovado, o que é que não se fez, qual é a dificuldade que o Governo tem em poder materializar alguns aspectos ligados à quarentena e ao isolamento. Quer dizer, há muitas questões que devíamos analisar na próxima reunião plenária, ligada à situação especial que o mundo atravessa hoje. Não esses assuntos, que podiam esperar. Vir discutir a questão do IVA, alguma incongruência do IVA hoje, por amor de Deus! Seria muita falta de sensibilidade da nossa parte.

O Sr. **Presidente**: — Bom, vou falar em nome da Mesa da Assembleia Nacional, que tem estado a colaborar com todos os órgãos e todas as instituições a nível de prevenção do coronavírus. Portanto, essa tem sido a nossa posição e a nossa sensibilidade, de forma muito clara e inequívoca. Portanto, penso que qualquer deputado que está aqui nesta sala tem a mesma sensibilidade. Poderá estar contra a convocação de uma reunião plenária, mas a questão de sensibilidade não se coloca, pelo menos a este nível.

Devo dizer que alguma coisa nos escapa às vezes. Quando autorizamos Sua Excelência o Presidente da República a declarar o estado de emergência, num dos articulados colocámos «15 dias, prorrogáveis por tempo que seja necessário, não superior a 90 dias». Logo, o Presidente da República tem todas as prerrogativas legais para prorrogar o tempo que entender, desde que não superior a 90 dias.

Por outro lado, nós estivemos a analisar a possibilidade de uma reunião plenária para fazer esta avaliação, aliás, é regimental. O artigo 180.º prevê, mas em que momento? O artigo 180.º prevê «15 dias posterior ao termo do estado de emergência». Mesmo se tivermos em conta os primeiros 15 dias, não seria agora, imediatamente. Portanto, 15 dias posterior ao termo. Neste caso, se o Presidente da República irá prorrogar, portanto, será 15 dias posterior à segunda data, que o Presidente marcar para a prorrogação do estado de emergência. Daí que, regimentalmente, também não temos um quadro legal para marcar uma reunião plenária para fazer esta avaliação. Não há menor dúvida de que numa reunião plenária em que haja esses pontos de ordem do dia, que temos como proposta, no período antes da ordem do dia, pode-se levantar algumas questões de preocupação profunda, porque, na verdade, algumas pessoas têm estado a lidar com este assunto como se fosse algo banal, de pouca importância, porque não estão ainda a sentir quão perigoso é esse vírus. Não estamos no período de ver para crer! Sabemos que esta é a forma de ser e de estar são-tomense. Nós não estamos nesse período, porque ao ver isso, já é muito perigoso. Portanto, quanto mais distante esse vírus estiver de nós, melhor!

Esta preocupação é legítima, mas a questão de sensibilidade não se coloca. Também não é que não se queira debater este assunto. Só que nós não temos, neste momento, prerrogativas regimentais para marcar

uma reunião plenária, para debater este assunto. No entanto, se houver vozes outras que me indiquem outros caminhos, podemos analisar aqui e tomar a decisão.

Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É só para fazer lembrar, Sr. Presidente, que a democracia não está suspensa. Eu quero dizer com isso, o quê? Quando discutíamos, ou debatíamos a necessidade de autorização de Sua Excelência o Sr. Presidente da República para declarar o estado de emergência, foi bem assente que os Deputados ou a Assembleia Nacional devia acompanhar e fiscalizar a acção governativa. Portanto, estou de acordo com o posicionamento do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

É verdade que participei na Conferência de Líderes e anuí a esses pontos, mas indo reflectir bem, há necessidade de não agirmos no escuro. O que eu quero dizer com isso é que quando se coloca em cima da mesa a necessidade de efectuarmos uma reunião da Assembleia Nacional para tratar de um assunto que tem a ver com emergência nacional e a questão de saúde, às cegas, qualquer um aceita, concorda. Aqui não é questão partidária, é questão humana, mas o Presidente poderá, eu acho, concordar comigo. Nós aqui anuímos em convocação a plenária, eu recebi uma iniciativa para autorizar o Governo a, b, c, d, mas fica bem eu saber o que é que eu quero. Eu autorizo uma reunião para virmos debater a, b, c, d, etc., etc. Não é pedir demais!

Outrossim, hoje, Sr. Presidente da Assembleia, eu sou Deputado, e como cidadão nacional, foi-nos pedido, e concordo, para escondermos os nossos machados de partido político, quer dizer, questões políticas. Tudo isso dever ser escondido para o momento próprio.

Ontem, segui uma entrevista do Presidente do PSD, em Portugal, Rui Rio, excelente! É oposição! E aqui também há muitas coisas que, na nossa opinião, não têm sido bem-feitas, mas vamos guardar para o momento próprio. Como há muitas outras que o Sr. Presidente há-de convir que nós também precisamos de saber.

Eu não quero aqui alongar mais, mas, Sr. Presidente, há algumas informações que nós precisamos, e é o trabalho da Assembleia. Mesmo a Assembleia estando de férias, a Comissão Permanente precisa saber, e a este nível, se nós não sabemos de tudo, o que dizer da população em geral?

Portanto, eu penso se não estarei a deturpar o fio de pensamento daquilo que o Deputado Arlindo colocou, mas no meu entendimento, sim! Em todo o momento, mesmo o estado de emergência, estando nós em democracia, os Deputados têm o direito sim de acompanhar e ser informados daquilo que o Governo está realmente a fazer, daquilo que pretende fazer e, nalgum caso, naquilo que nós também podemos ajudar.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa reage em função das matérias que dão entrada na Mesa.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — É apenas para atender e facilitar o exercício do direito de informação que têm os Deputados. Não sei se a Mesa poderia fazer a leitura dos textos que estão na mesa para constituírem objecto da ordem do dia da próxima plenária, para as pessoas terem informação, já que não receberam, e saberem o que é que estamos a discutir.

É apenas uma sugestão, Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — É só para contribuir para o debate.

Se nós acompanharmos o que tem sido a evolução mundial, os diversos parlamentos têm atendido aos pedidos dos diversos Presidentes, para decretarem ou declararem o estado de emergência, e é igualzinho ao nosso. O Presidente pede, a Assembleia aprova e o Presidente nem diz ao Governo que tem que fazer a, b, c. O que se pede ao Governo são noções claras da responsabilidade que tem, porque nem o Governo, neste momento, sabe quais são as medidas que se tem que tomar. Se nós olharmos para Portugal, o governo português está diariamente a evoluir em medidas. Precisa de ter o processo de declaração do estado de emergência em forma, para, em função de evolução ou não da situação, ir decretando as medidas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, caros colegas Deputados, estive efetivamente a reflectir sobre esses pontos que foram abordados. Como dizia o meu colega Deputado Abnildo, eu também ontem acompanhei meticulosamente a entrevista do Dr. Rui Rio e achei pertinente uma questão que ele dizia, inclusive o jornalista foi interceptado no sentido inverso, quando ele dizia que a questão fundamental neste momento «é a questão da unidade nacional diante da epidemia existente», ponto 1.

Continuando a minha intervenção, ontem de manhã lia o livro de Êxodo, capítulo 17, versículos 8 a 17, e gostaria de ligar agora, para dizer que quando o povo israelita atravessava o deserto, depois de sair do

Egipto, eles foram enfrentar o rei Amaleque e, no entanto, uma das coisas grandes transitórias que Moisés tinha, quando indicou Josué para comandar a batalha, ele estava com outros elementos. Era que quando Moisés ficava com as mãos levantadas, o povo Israelita vencia. Como Moisés era muito forte, quando baixava os braços, o povo Israelita perdia, o quê que isso quer dizer. Neste momento, nós todos devemos colaborar para a vitória sobre esse inimigo invisível que é o Covid-19.

Eu concordo com o meu colega Abnildo, que falava de esclarecimentos e mais informações. Nós podemos pedir ao Governo.

Essas peças associadas que o Sr. Presidente da Assembleia da Assembleia evocou são ferramentas fundamentais para o cumprimento do combate a essa epidemia.

O quê que acontece? Nós vemos que o sector da restauração está encerrado. Há necessidade de o Governo utilizar meios para mitigar esse tipo de encerramento. Eu pessoalmente sou um dos grandes interessados em combatermos essa epidemia. Eu tenho a minha esposa, o meu filho e a minha neta em quarentena. Tudo o que for necessário para colaborarmos, vamos colaborar.

Acho que agora há uma congruência da nossa parte, em levarmos adiante a questão. Portanto, acho que é uma questão pontual, é um foco que temos agora, vamos todos colaborar.

Eu quero dizer ainda mais, estou para sugerir ao Governo, isso é uma forma para levarmos este país a debelar essas imundícies que andam na nossa praça. Eu recorde-me bem, numa reunião, o Sr. Deputado Ekneide falava da sujidade e das coisas que estão no nosso país. Nós todos em conjunto devemos levar isso adiante. É a nossa convicção, é o nosso entendimento. Portanto, estou de acordo que nós deveríamos permitir ao Governo levar...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Só com o Armindo Aguiar.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Não percebi.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — O Armindo Aguiar foi o único.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sim, sim. Nós agora estamos no momento próprio de poder levar esse assunto adiante.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer o seguinte: tenho seguido todo o debate à volta dessa questão do coronavírus, internacionalmente. Eu noto que os parlamentos têm, nesses últimos tempos, debatido só os problemas ligados às medidas que visam prevenir e combater o coronavírus. Em todo o mundo!

Quando o Sr. Vice-Presidente disse que o assunto que nos levou a convocar a Comissão Permanente para a marcação da plenária está ligado a toda essa questão do Estado de emergência e combate ao coronavírus, eu digo que não. Não está! Contrariamente àquilo que o Sr. Vice-Presidente disse, que a restauração está fechada, estamos a vir discutir a alteração que o Sr. Presidente da República quer em relação à Lei do IVA, que foi enviada. Quer dizer, eu acho que não é oportuno discutir esse assunto. Se nós convocarmos uma plenária da Assembleia, aqui faço uma proposta já à Mesa da Assembleia, que seja para avaliarmos todo o trabalho feito ao nível nacional, desde a quarentena, ao pessoal de Saúde, às medidas tomadas, aos materiais chegados, quais são os materiais que faltam, quais são as dificuldades, tudo isso, no âmbito da situação especial que nós atravessamos, que o mundo atravessa. O Parlamento pode reunir para avaliar essa situação. Nós não estamos a pedir que o Governo venha cá para o dizermos que gastou o dinheiro mal gasto, e fizeram aquilo. Não! Nós queremos é avaliar a situação. A Assembleia tem essa competência de avaliar essa situação.

Quando o Sr. Presidente também diz, de acordo com o Regimento, que o Presidente pode prorrogar 15 dias posterior ao prazo que se estabeleceu para o primeiro estado de emergência. Muito bem, o próprio legislador dá-nos essa oportunidade, 15 dias posterior de o Presidente tomar outra decisão, avaliarmos a situação e dizermos que há uma necessidade de prorrogação do estado de emergência. É isso que nós queremos saber. Qual é a necessidade ou a razão que leva o Governo a solicitar a prorrogação do estado de emergência? Há alguma dificuldade das medidas que se tomou inicialmente? Há necessidade de o Governo reforçar algumas medidas. O quê que o Governo pretende com essa prorrogação? Como Deputado, não quero ouvir lá fora, quero ouvir aqui no Parlamento.

Então, o Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa, foi duas vezes, no mês de Março, ao Parlamento, esclarecer as medidas do estado de emergências, e cada dia vão reforçando as medidas.

Nós também, os Deputados, podemos dar a nossa contribuição. Podemos dizer que a quarentena que está a ser feita no hotel tal é melhor transferir-se para outro espaço, porque há um acesso de pessoas que não podem ir a esse hotel. Quer dizer, há várias questões que nós queremos levantar, no âmbito da competência do próprio deputado, face ao estado emergência, que estamos a viver, para que o Governo esclareça, antes de discutirmos esse assunto, que eu acho que pode esperar para depois de 15 de Abril. Se houver uma necessidade de fazer alguma alteração orçamental, aí sim eu concordo, para fazer face a essa situação. Então, vamos querer concretamente saber o que o Governo quer, qual é a sua proposta, para que

a Assembleia vote a alteração do OGE. Isso é que nós precisamos saber. Não é marcarmos uma plenária com três pontos, se não me enganar, aquilo que o Sr. Presidente leu, a questão do IVA, a questão do acordo com o FIDA, e outra questão relacionada com a questão orçamental.

Por isso, precisamos de mais dados, Sr. Presidente. Como Deputado, eu aqui dou a minha opinião, não como oposição, mas como um cidadão nacional, tendo em conta que há uma necessidade de discutirmos alguns aspetos ligados às medidas e ao estado de emergência, que termina o seu tempo útil, para que o Presidente possa prorrogar, na base daquilo que realmente podemos.

Além disso, o Sr. Presidente sabe que o Governo tomou as medidas na base de um plano de contingência, elaborado pelo Ministério da Saúde. Nós precisamos também saber, em relação a esse plano de contingência, a dificuldade que há, o que se fez, no âmbito desse plano de contingência, que foi aprovado em Conselho de Ministros. Nós precisamos de avaliar toda essa situação, para o nosso bem. Eu não estou a falar para o bem de outras pessoas. É para o nosso bem. Como Deputado, que circula por este país afora, acho que as medidas devem ser mais duras e mais eficazes. Para isso, nós precisamos de ouvir do Governo, para saber quais são as medidas que estão a ser tomadas. Só quarentena às pessoas que vêm do exterior? Porque estamos limitados às medidas a pessoas que vêm do exterior. Há a quarentena que nós ontem ouvimos, foram para CATAP com um grupo de pessoas e a população quase correu com elas de lá, dizendo que vieram de fora com o vírus. Todo esse assunto preocupa-me, e devemos analisar aqui no Parlamento, tendo em conta a altura especial que estamos, não estamos num período regular no funcionamento da Assembleia. Sendo um período especial, então vamos analisar as coisas que estão em vigor agora.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Acho que há duas questões que temos que separar. Disse bem, e é verdade, o Sr. Deputado Abnildo que a democracia não está suspensa. Se estivesse, não estaríamos cá. Só a nossa presença aqui é porque a democracia está a vigorar.

A preocupação do Sr. Deputado Arlindo Ramos é legítima, e os Deputados e Grupos Parlamentares devem fazer uso das prerrogativas que têm. Estando em democracia, é direito do Deputado pedir esclarecimentos ao Governo. Escreva, peça!

Eu disse aqui que a Mesa age em função dos documentos que dão entrada na Mesa, porque a Mesa não tem iniciativa. Portanto, nesse caso, tudo quanto disse, é legítimo.

Nós, enquanto membros da Mesa, não temos a competência de convocar o Governo, sem que haja um pedido formal dos Deputados ou do próprio Governo. Também se quisermos falar a sério, temos todos a consciência da nossa fragilidade económica e financeira. Todos sabemos que impacto poderá ter a não cobrança de impostos no nosso país. Sabemos que aprovámos aqui uma proposta de lei que entrou em vigor em 1 de Março e ela prevê a revogação de outras leis de cobrança de impostos para o cofre do Estado. No entanto, não estão criadas as condições para a aplicação do imposto do IVA em São Tomé e Príncipe.

O Sr. Presidente da República levanta algumas reservas sobre a proposta de lei de prorrogação do prazo, que aprovámos e enviámos, e o Governo tomou a iniciativa de submeter uma proposta de alteração nova. É uma iniciativa nova, para responder às preocupações do Presidente da República.

Estamos a dizer que isso não é urgente. No entanto, estamos a dizer que a questão do coronavírus tem despesas que o Estado deve assumir. O Estado irá assumir com que valor, se não vai cobrar impostos? Temos que avaliar as duas coisas. Esta questão também é urgente, porque quanto mais tempo perdurar, são receitas que o Estado não poderá cobrar ou, se cobrar, estará a abrir espaço para quem pagou pedir o reembolso, e com justa razão, temos que ser claros.

**Uma Voz do ADI:** — A culpa não é nossa.

**O Sr. Presidente:** — A culpa também é nossa, porque aprovámos a lei.

*Risos do ADI.*

Nós quem? Assembleia. A Assembleia Nacional é *una*, os votos de cada um não conta para esses aspectos. Acho que temos que analisar as coisas no seu devido momento, associar uma coisa a outra. Não há dúvida que a prioridade hoje é o coronavírus. No entanto, coronavírus pressupõe despesas. Logo, quem tem responsabilidade com este povo tem que saber como ir buscar receitas para cobrir as despesas. Isso é natural!

Estar contra isso é que não está a colaborar mesmo.

**Vozes do ADI:** — Ninguém está contra isso.

**O Sr. Presidente:** — Respondendo à sugestão do Sr. Deputado Amaro Couto, devo dizer que temos aqui, «Ponto 1. Proposta de alteração da Lei do IVA». É uma nova iniciativa, que fique bem claro.

«Ponto 2, Medidas orçamentais extraordinárias para fazer face à Covid-19.»

«Ponto 3. Acordo de empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Popular da China».

São estes três pontos que estamos a propor para uma reunião plenária, na próxima Sexta-feira, para sua análise e votação. Será na Sexta-feira, porque agora só há voo para o Príncipe às Segundas e Sextas-feiras.

Tem palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, após a sua explicação, em partes, já estou satisfeito. Entretanto, sobre a necessidade justa de se fazer avaliação em relação àquilo que são as medidas que vêm em função do estado de emergência, gostaria apenas de lembrar aos Srs. Deputados que, por exemplo, ainda em férias parlamentares houve a necessidade de se falar com o Governo sobre a questão do IVA. O Grupo Parlamentar do ADI solicitou a vinda do Governo para a Comissão Permanente. Portanto, existem instrumentos que a gente pode utilizar para poder falar com o Governo, pedir explicações em relação à questão da implementação do estado de emergência, das acções em consequência do estado de emergência, sem pôr em causa esses pontos que o Sr. Presidente acabou de apresentar, porque, no meu entender, são de importância capital para a própria vida do País. Não obstante a situação da Covid-19, o País vai ter que continuar, temos que continuar a marchar, lutando para segurar as pontas. Por isso, acho que uma coisa não impede a outra. Apenas e como disse, acho que os colegas Deputados que solicitaram ou que almejam tanto ouvir o Governo devem, sim, lançar mãos aos instrumentos legais e solicitar a vinda do Governo. Não sei se para a Comissão Permanente ou para uma sessão plenária extraordinária. Isso, sim, poderíamos discutir posteriormente, mas o fundamental é que queria chamar atenção que existe instrumentos dos quais o próprio ADI já lançou mãos uma vez.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Tenho grande dificuldade em entender algumas intervenções, mas vou tentar perceber.

É verdade que temos instrumentos legais a que podemos recorrer para pedir esclarecimentos ou alguma informação ao Governo, e no período regular do funcionamento da Assembleia faremos isso como temos feito. No período regular de funcionamento da Assembleia, usamos instrumentos que nos dão competência para poder solicitar qualquer tipo de iniciativa.

A Mesa é que convocou a reunião da Comissão Permanente, para analisar alguns aspectos ligados à proposta da vinda do Governo.

Como Deputado, não iria fazer uma proposta num período extraordinário de funcionamento da Assembleia, sabendo que tenho essa competência durante o período regular do seu funcionamento. Não iria pedir à Mesa que convocasse a Comissão Permanente para analisarmos uma questão. A Comissão Permanente, tendo dado essa autorização ao Presidente da República para o estado de emergência, como Assembleia, devemos seguir a aplicação de todas as medidas que dizem respeito ao estado de emergência.

Sr. Presidente, quando faço intervenção, não é porque estou contra alguma coisa, dou o meu ponto de vista. Não estou contra a alteração da Lei do IVA. Estou contra é a oportunidade dessa lei, porque já aprovamos uma lei que suspendeu a aplicação da mesma, contrariamente àquilo que a proposta do Governo vinha dizendo. Fizemos o contrário, suspendemos a aplicação de toda a Lei do IVA e, logicamente, tudo que o IVA vinha substituir continuava o seu percurso normal.

Se alguém tem interpretação contrária àquilo que é a Lei do IVA, o que está em causa é a revogação de outras leis, de outros decretos que o IVA faz referência? Dissemos que o IVA está suspenso. Se o IVA está suspenso, o Governo retoma os mecanismos anteriores e não os que estão inscritos numa lei que está suspensa. Em Setembro, já havíamos aprovado vários decretos do Governo ou demos autorização legislativa ao Governo para poder alterar todas as taxas que achava conveniente.

Não é que quando alguém intervém é porque está contra alguma coisa. Estou a fazer o meu papel, preciso de algum esclarecimento.

Sr. Deputado Danilson Cotú, por acaso conheço os instrumentos que posso usar, mas também conheço o *timing* que tenho para usar os instrumentos ao meu dispor.

O Sr. **Presidente**: — Apenas também para clarificar.

Mesmo no período não regular de funcionamento da Assembleia Nacional, pode pedir. A alínea a) do artigo 54.º do Regimento diz: «Compete à Comissão Permanente acompanhar a actividade do Governo e da Administração». Se pedir, neste quadro, também se pode convocar um membro do Governo para vir esclarecer.

Tem palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Muitas vezes me parece que o Sr. Presidente estudou a lei da mente. Ouve alguns cometários e tece outros para além daquilo que todos vemos ou ouvimos. Parabéns e ainda bem que é assim.



Tem que ficar aqui claro uma situação. Estamos todos ou não de acordo que combatamos esse inimigo invisível? Se estamos todos de acordo, o passo n.º1, inquestionável e incomensurável é dizermos ok. Vamos munir o Governo de todas as ferramentas necessárias, depois vamos chamar o Governo para questionar o que quiser. Estamos todos nesse direito. Também quero ser esclarecido sobre algumas situações, mas agora é munir o Governo de todas as ferramentas para agir. Não sejamos obstáculo aqui. Já na Comissão Permanente passada houve uma tendência nesta matéria. Evitemos isso! Primeiro ponhamos todos de acordo.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — É mesquinhez.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Não é mesquinhez. É falar a verdade! Quando se diz a verdade criam problemas. E temos aqui Deputados que provam, que não são da minha bancada, da vossa bancada. Então, vamos estar atentos a isso.

Sr. Presidente, é preciso definirmos claramente o que queremos. Combater ou não o coronavírus.

O Sr. Presidente explicou e perfeitamente bem as implicações da não aprovação da alteração da Lei do IVA. Não temos receitas. Com o problema do coronavírus, há um conjunto de despesas extraordinariíssimas que têm que ser executadas de imediato. Enquanto fiscalizadores, temos que munir o Governo dos instrumentos legais.

Então estamos a dizer ao Governo que não pode fazer as despesas extraordinárias, deixe as coisas acontecerem, depois para virmos cá reclamar? Não!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Mas quem disse isso? Está a ser parvo!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Quando o Sr. Deputado falou, escutei humildemente.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Está a ser parvo!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Cuidado com conversas feias, Sr. Deputado, meu compadre. *Non sá familia, toma extenso!*

Voltando atrás, Sr. Presidente, vou repetir, precisamos de clarificar aqui se estamos ou não de acordo que o Governo tome as medidas. Acho que que estamos todos de acordo. Não há espaço para reclamação! Agora, precisamos é de pôr isto claramente. Vamos viabilizar tudo que é necessário. Depois de viabilizar tudo que é necessário, discutamos outras coisas, tudo à volta disto. Haverá muitos questionamentos no futuro. Muitos! Mas agora não! Vamos despachar aquilo que tem que ser despachado. Se não, não vamos estar a resolver nada!

Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Peço às pessoas que não há sequer necessidade de algum clima tão agitado, para começar a haver palavras que possam ferir sensibilidades de outras pessoas. Não há necessidade disto. Peço um pouco de serenidade neste aspecto!

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Enfim, há algum tempo, eu era uma pessoa muito comedida, mas depois as circunstâncias obrigaram-me a sair dessa concha.

Segui atentamente a intervenção do meu irmão, conterrâneo da Trindade, o Sr. Deputado mais velho, Guilherme Octaviano, que falou do livro de Êxodo, que deve ser o segundo livro do Pentateuco.

O Sr. **Guilherme Octaviano**: — O senhor é um líder eclesiástico.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É verdade! E eu sou muito apaixonado pelo Novo Testamento, e sobretudo na vinda de Jesus. Jesus, quando veio, disse que não veio para abolir a Lei...

**Uma voz**: — *Ah sabolá!*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...mas sim para completá-la. O que eu quero dizer com isso, qual é a moral da história? É que a minha intervenção, a minha presença, a minha contribuição aqui. Eu não quero dizer que tudo quanto os outros pensam ou que já fizeram é errado, mas quero dar a minha contribuição, em jeito de complemento. E eu penso, humildemente, que tem havido, da nossa parte, se calhar, um mau entendimento, ou falta de comunicação. Tem havido falha no vector de comunicação. Se calhar a gente não percebe o que é que o outro quer dizer e nós estamos na sala, às vezes, como se fosse «ê pá, o fulano falou, eu vou bombardeá-lo». Mas entenda o que é que ele quer dizer e, de tudo o que ele disse, o que é que se pode aproveitar.

Eu penso, aí sim, concordando com o Sr. Deputado Arlindo, na reunião da Comissão Permanente, como esta, quer se rotular o nosso Grupo Parlamentar de não querer a ou b ou c. Quer-se passar essa mensagem. E eu quero dirigir-me ao Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Estou presente.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Isto não pode! Não é isso que nós queremos! Nós, na reunião da Comissão Permanente passada, não obstaculizámos, não estivemos contra a declaração do estado de emergência. Nós fomos ao debate, pedimos esclarecimento. Quando passar esta fase, teremos momentos para discutirmos coisas sérias. Nós estamos a apontar.

Hoje, pede-nos para anuímos. Eu disse e repito, tudo o que for para nós fazermos, para ajudar o Governo na prevenção e no combate ao coronavírus, vamos fazer, mas nós somos homens, seres pensantes, sensíveis, também precisamos de ter informação. Quando alguém comete um crime, todo o homem da sociedade, todo o cidadão, é de acordo que esse alguém pague uma pena. Não é verdade? Mas se vai ver que tipo de crime ele cometeu, para poder imputá-lo a pena correspondente àquilo que está adstrito no Código. Por essa razão, estamos de acordo para a luta contra o coronavírus. Estamos...

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Finalmente.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): —...mas é preciso... olha, vamos autorizar o Governo a adoptar uma medida orçamental. Em que consiste essa medida? Eu não sei. Pedir isso, não é crime nenhum. Agora, o Governo terá momento para justificar sim, quando apresentar o projecto, mas o texto que deu entrada na Assembleia Nacional, desde a Quinta-feira, hoje já é Segunda-feira, em estado de emergência, em período especial. Se nós estamos em estado de emergência, no período especial, então vamos fazer tudo especial! E eu até hoje saio desta sala e, se a comunicação me perguntar, mas o que é que os senhores fizeram, ah, nós autorizámos a Assembleia a reunir na próxima semana. Para quê? Para autorizar o Governo, numa medida especial. Em que consiste, mais ou menos, o texto?

**Uma voz:** — Coronavírus.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Eu não sei ainda: É sobre o coronavírus, mas depois saberemos. Meus senhores, somos intelectuais.

Sr. Deputado Danilo Santos, estamos de acordo sim que devemos dotar o Governo de mecanismos para que ele possa fazer face à doença, mas há elementos sim que é justo pedirmos. E é justo também aceitar, quando o outro pede.

Ninguém está contra que o Governo adopte medidas. Ninguém aqui está contra que o Presidente prorrogue o estado de emergência. Que prorrogue mais 5 ou 6 meses, ou 1 ano. Se for para protegermos a vida, vamos fazer, mas é necessário também termos informação.

Há elementos que nós podemos evocar. O Ministro da Saúde não disse aqui que o Governo já teria libertado 500 000 dólares, euros, para fazer face ao coronavírus? Sim, disse, na Comissão Permanente. Mas eu até hoje só vejo a vinda de apoios, de ofertas, mas ele disse já teria libertado para aquisição...

Eu não quero aqui levantar outras coisas, mas é de bom-tom, concordando como o Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, que nos leiam o texto que o Governo deu entrada, pelo menos para termos uma ideia, ou uma cópia, para termos algum elemento, uma vez que a Comissão Especializada não pode reunir agora, porque o documento vem ao Plenário, porque a Comissão não está a reunir-se, mas os Deputados também precisam de ter tempo para absorver. Tratando-se de uma iniciativa, questão de iniciativa, é necessário, porquê? É uma questão política. A Assembleia, não estando suspensa, a democracia não estando suspensa, cada Grupo Parlamentar tem que ter um posicionamento político. Mesmo estando de acordo, mas há aspectos que vai ter que chamar atenção. É necessário estudar, porque toda gente não domina tudo.

O Sr. **Presidente:** — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Vice-Presidente, Levy Nazaré, mas deixa-me dizer uma coisa. Ninguém está, pelo menos a nível da Mesa, a tentar sonegar informações a qualquer que seja o deputado. Ninguém está a impedir que os documentos sejam distribuídos, mas cada coisa no seu lugar. A Comissão Permanente não tem essas competências. Quando se convocar o Plenário, naturalmente, que os Deputados, antes de vir para a sessão plenária, têm que ter os documentos.

Eu estou a falar o que está escrito, que nós próprios aprovámos no Regimento.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, não há deputada na sala, mas, Srs. Colegas Deputados, minhas senhoras e meus senhores, já é de praxe que quando peço a palavra, redobra-se as atenções naquilo que eu vou dizer. Antes de começar, quero dizer que não estou hoje a usar da palavra por uma questão político-partidária, de estratégia ou de outra coisa qualquer, mas apenas preocupado com o povo de São Tomé e Príncipe, ao qual sou representante, sobre a pandemia que vivemos hoje.

Reportando-me à última reunião, que nós tivemos em Comissão Permanente, que eu havia feito duas intervenções, recorde-me bem que o que motivou a minha primeira intervenção naquela reunião foi porque um deputado havia pedido para suspendermos a reunião, para ir pedir ao Presidente da República explicações detalhadas sobre as medidas que o Governo iria tomar, depois para voltarmos a reunir, e isso me enervou. Porquê? Eu havia dito que as pessoas não estão a perceber a dimensão do momento que o

mundo está a viver. E também, porque as pessoas, talvez, não conhecem ou não tiveram o cuidado de estudar, de perceber o que é que uma declaração de estado de emergência tem que pedir. Há pessoas que pensam que o Governo é que tem que solicitar ao Presidente. Não! Pode ser uma iniciativa do Governo, também pode ser uma iniciativa do Presidente. O que ele tem que fazer é ouvir o Governo. Mesmo quando a iniciativa é só do Presidente, ele tem que ouvir o Governo. Não é pedir autorização ao Governo, é ouvir o Governo.

Bom, fora esse esclarecimento, gostaria de dizer que ouvi atentamente todos, eu acho que todos têm razão, estamos todos com a razão. Ouvi alguns Deputados do meu Grupo Parlamentar a pedir, se é isso que eu ouvi, que eu percebi, e é verdade, algumas informações sobre as medidas e o alcance dessas medidas que o Governo adoptou, sob a capa do estado de emergência, informações que a população tem que saber e que, na minha modesta opinião, é pouca. Aquilo que eu vejo nos órgãos de comunicação social, é muito pouco. Precisamos de mais. Eu tenho mais informações nos canais de comunicação social estrangeira, não sobre São Tomé, mas sobre a pandemia, do que nos nossos canais, nos nossos órgãos de comunicação social, sobre a pandemia. Vejo nos outros países que a pandemia concentra, eu diria, 99% de um telejornal. Aqui em São Tomé, não. Na TVS, na Rádio Nacional, não. Fala-se um pouco, mas depois se fala doutras coisas, como se aquilo não tivesse nada a ver conosco. É a sensação com que fico. E eu não estou aqui a culpar ou julgar os órgãos de comunicação social. É uma constatação!

Voltando ainda à nossa reunião de hoje, como eu vinha dizendo, concordo com eles, os Deputados do ADI. E se é para marcar a próxima reunião, então se pode fazer uma proposta já à Mesa, para incluir mais um ponto. E é esta proposta que eu coloco à Mesa. Para além desses 3 pontos, incluir perguntas ao Governo, que venha aqui o Ministro da Saúde, porque terá que estar. Por aquilo que nos apresentam, terão que estar o Ministro das Finanças e o Ministro da Agricultura. Pelo menos, dos 3 pontos, esses 2 Ministros têm que estar. Acrescentamos também o Ministro da Saúde, para os Deputados poderem perguntar sobre a Covid-19, e põe-se mais um ponto, informações sobre o impacto das medidas que o Governo adoptou, sob a égide do estado de emergência.

Aproveito a oportunidade para, do fundo do meu coração, agradecer Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Evaristo Carvalho, por ter tomado muito cedo, cedo em relação aos outros países, mas não cedo para a pandemia, a decisão de declarar o estado de emergência nacional. E fê-lo muito antes de muitos países o fazerem. Mesmo os países que normalmente nós seguimos como referência, como Portugal, Cabo Verde e outros países que normalmente são a nossa referência. Tivemos essa coragem, antes de se declarar ou de se constatar um caso positivo, que até hoje não existe e esperamos que não venha a existir. Por isso, quero dar parabéns ao Presidente da República.

Não posso também deixar de dar parabéns a todos os Deputados. Nós, os Deputados, que tomamos no momento certo a medida de autorizar o Presidente da República a fazer essa declaração, independentemente de um ou outro comentário naquela reunião.

Como o Sr. Presidente disse, a decisão é colectiva e não é só para uma coisa, é para tudo. Então, eu tenho que dar parabéns a todos os Deputados, independentemente, de que o voto não foi por unanimidade, mas foi uma decisão de todo o Parlamento são-tomense.

Aproveito também para dar parabéns ao Governo, por ter as medidas, mas em especial por todo o esforço e trabalho do Ministério da Saúde, na pessoa do Sr. Ministro da Saúde e toda a sua equipa, o trabalho que estão a fazer conjuntamente com o Ministério da Defesa, sobre a quarentena que está a acontecer, com os passageiros que chegaram naqueles três voos, pelo menos que eu tenha conhecimento. Acompanho, porque um dos hotéis onde alguns estão, acho que são jovens desportistas, é na entrada da minha casa. Por isso, eu vejo lá as forças de segurança, permanentemente, à frente do hotel e já cruzei, no momento de entrada, com os técnicos de saúde e pessoal que leva as refeições para aqueles que estão em quarentena naquele espaço hoteleiro. Logo, dar parabéns a todos.

Mas é óbvio que há outras questões que nós esperamos levantar na próxima reunião, se houver, se decidirem fazer perguntas ao Governo e questionar sobre algumas medidas. Gostaria de lembrar aos Srs. Deputados e à população em geral que há 10 dias, nos PALOP todos, nenhum país tinha 1 caso. Hoje, só São Tomé e Príncipe não tem. Todos os outros já têm casos e já morreram pessoas. Angola, duas mortes, e Moçambique também. Há 1 mês ou 1 mês e alguns dias, Portugal não tinha nenhum caso e nenhuma morte. Um mês só. O que é que eu quero com isso dizer? Que nós os são-tomenses, com pressão ou não, tomamos as medidas que tínhamos que tomar, infelizmente como somos ilhas é mais fácil tomar essas medidas, Deus até nos abençoou e há coisas até que a insularidade é uma vantagem e temos que aproveitar essa vantagem.

Logo, para concluir e não ser muito longo, são essas três medidas que aqui estão: medidas orçamentais para fazer face à Covid-19, se é que eu apanhei bem, o acordo de empréstimo com o FIDA e alteração ao IVA, por questões obviamente que têm a ver também com o orçamento. Os efeitos da Covid-19, para além dos efeitos na saúde da população também tem efeitos económicos, e todos nós temos que estar atentos. Todos nós, porque se nós somos representantes do povo e defensores do povo, então temos que pensar naquele povo que não tem um salário do Estado, como os Deputados têm. Nós temos um salário do Estado, que no final de mês cai para todos os funcionários públicos. Pelo menos até hoje não há nenhuma decisão do Governo de cortar salários, diminuir ou desempregar funcionários públicos, o que já não acontece com o sector privado. Meus senhores, há pessoas a serem despedidas. Há são-tomenses a perderem emprego! Há são-tomenses a perderem salários!

O que é que eu quero com isso dizer? Que o Governo tem que, rapidamente, tomar todas as medidas para salvaguardar a alimentação do dia-a-dia dos são-tomenses, nessa confusão toda. E são-tomenses não são só os funcionários públicos, porque se as coisas complicarem e as medidas forem mais severas, como é que ficam as palaiês? Como é que ficam os motoqueiros? Como é que ficam os taxistas? Como é que ficam os pescadores? Como é que fica toda essa gente, se as medidas forem severas? Os motoqueiros não poderão andar mais, porque o contacto é muito próximo com as pessoas que vão na moto. As palaiês não poderão vender mais na rua, e tudo isso, como é que fica a vida delas?

Por isso é que é óbvio que o Governo terá que vir explicar-nos, e eu estou à espera, nesse dia aqui, caso decidirmos aqui convocar de facto essa reunião, que o Governo venha explicar esses três pontos e espero que todos os Deputados possam estudar e preparar-se para fazer o seu devido papel de deputação, de representantes. Obviamente a democracia não está suspensa, a democracia existe e todos terão que fazer o seu papel, para que cada ponto que seja discutido.

O Governo não poderá dizer não, temos que estar unidos, porque houve uma pergunta, uma intervenção do deputado a pedir esclarecimento sobre esta e aquela medida, mas o Governo tem que agir rapidamente, e sem perder muito tempo, sobre as questões orçamentais tem. Há muita gente já neste mês a passar fome, a passar dificuldades. Quantos jovens que não viviam de turismo? Eu falo porque estou dentro do sector. Indirectamente, mas estou. Quantos jovens não pediram credito para comprar carro para alugar para turista? As pessoas não têm noção do que está a acontecer em São Tomé. Como é que fica a situação de crédito? O Governo também tem que decidir isso rapidamente com os bancos comerciais, a questão do crédito, a questão de restauração, na questão dos bares, EMAE, CST. Isso não é brincadeira! Cada um obviamente fazer o seu papel, nós os Deputados temos que fazer o nosso papel, mas avançar. Temos que avançar.

Peço mais uma vez desculpa, se eu estou a ser longo, para as pessoas perceberem que até as instituições que são os nossos maiores apertadores, que é o FMI, até as dívidas que o Estado tem, meus senhores, não estão a perceber! Há instituição que nos aperta mais do que o FMI? Eles só estão a dizer ao Banco Mundial e a todas as instituições que perdoem as dívidas desses países. Seja o rigor que fizer, não é para brincar. Trinta e tal por cento do orçamento são-tomense depende do turismo, e acabou o turismo em São Tomé. O FMI pediu que se perdoe São Tomé e todos desses países pobres. Perdoem-nos, porque a vida deles vai ser uma desgraça.

Por isso, Sr. Presidente, da minha parte, eu faço a proposta e concordo que de facto eu também tenho algumas questões a levantar ao Governo sobre a Covid-19 e sobre algumas medidas e, como disse alguém, não sei se foi o Presidente ou algum outro deputado, que há medidas que têm que ser mais duras ainda. E eu concordo também, mais duras ainda, porque basta andar nas nossas ruas, nas nossas praças, para nós vermos que parece que é uma brincadeira. O Governo toma algumas medidas como fechar as igrejas, as crianças não vão para as escolas, fechar as discotecas, os *dancings*, etc., mas os garotos estão a ir para a praia, as crianças estão a jogar a bola, então, é uma coisa contraproducente. Por isso, vamos analisar tudo isso e o Governo não pode ficar como um órgão aparte e nós aqui. Não, não, não! Estamos todos juntos.

Eu termino dizendo que, da minha parte, concordo sim que se tem que fazer uma avaliação, e aproveita-se já então nesta reunião para fazer essa avaliação. É uma proposta que se coloca à Mesa e ao Governo também. Que o Governo também venha explicar os três pontos.

Eu não falei sobre o empréstimo do FIDA, e as pessoas podem pensar que é um empréstimo qualquer. Eu estou dentro do assunto, porque estudei as poucas matérias e acompanhei toda essa situação de empréstimo e há uma coisa que o País conseguiu, como nunca conseguiu em termos de valores a serem reembolsados para São Tomé, para o Ministério da Agricultura, porque a Covid-19 vai implicar também a segurança alimentar, minha gente. A Covid-19 vai implicar de que maneira a segurança alimentar, se isso continuar, porque não sabemos se vai acabar dentro de 1, 2 ou 3 meses. Eu não estou a dizer que vai acontecer, mas podemos ter dificuldade de alguns alimentos que normalmente são importados, para abastecer a nossa população.

Por isso, temos que mandar pessoas plantar bananeiras, plantar as coisas nacionais, porque poderá vir a dar-se o caso de termos que voltar à época antiga, à nossa matabala, banana, mandioca e todas essas comidas que deixamos de comer, porque estamos atrás de arroz e esparguetes. Por isso, esse acordo também, parecendo que não, é muito importante e vai de acordo com aquilo que disse o FMI. Se há uma instituição que quer nos dar dinheiro, que nos dê rapidamente. Agora, é uma questão de os órgãos de controlo e de fiscalização, inclusive a Assembleia, que é de controlo e fiscalização externa, fazer o seu devido papel sobre como gerir esse fundo que vai entrar. Isso é que cada um tem que precaver.

Terminando, agradeço a todos os partidos políticos e todos os políticos são-tomenses que, de uma forma ou outra, manifestaram todo o apoio ao Governo para, uma só causa. As organizações internacionais que nos apoiam, as Nações Unidas, a Sociedade Civil, a OMS, que está a nos apoiar, os governos que estão a nos apoiar, como Portugal, China e outros países, desculpem se não mencionei um ou outro que já nos deu alguma ajuda, mas todos os países estão a nos ajudar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Há inscritos e há uma proposta sobre a mesa, da inclusão de mais um ponto. Está cá retido pela Mesa e depois os Srs. Deputados irão pronunciar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Não é querer molestar ninguém, mas fica a impressão de que estamos a devagar, porque o objectivo desta reunião é fazer exercer uns direitos e uns poderes da Comissão Permanente, para promover a convocação da Assembleia. Nos termos regimentais, entende-se promover a convocação da plenária.

Ora, quem convoca parece que é o Presidente. A Comissão Permanente tem necessidade de se reunir, para dar ao Presidente a latitude de convocar a plenária. Ora, a questão está colocada na Mesa e eu acho que deveríamos passar para uma fase de decisão. A proposta é para a reunião ser na Sexta-feira, com quatro pontos da ordem do dia, incluindo o ponto que o Deputado Levy acaba de sugerir. Se estivermos de acordo, para fecharmos este debate e passarmos a outra coisa.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscrito.

Portanto, há alguma reacção sobre a proposta que foi submetida pelo Vice-Presidente Levy Nazaré? Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Antes de me posicionar em relação à proposta do Deputado Levy Nazaré, o Deputado Amaro Couto tem toda razão, porque nós perdemos muito tempo discutindo, coisas que de repente nem valia a pena discutir. Eu tenho mesmo que dizer isso. Quando o Sr. Deputado Domingos Boa Morte pediu que se convocasse o Ministro das Finanças, foi no período fora do funcionamento normal da Assembleia.

Posto isto, quero dizer que sim, concordo com a proposta do Deputado Levy Nazaré, mas não sei, Sr. Presidente, se vamos convocar. Aliás, devemos fazer a Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, para poder preparar a agenda. Se não for o caso, concordo e vamos avançar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — É apenas para dizer que concordo pessoalmente com a proposta, mas quero reagir à intervenção do Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD. Nenhum debate no Parlamento é perda de tempo.

O Sr. **Presidente**: — Nós temos agora só um imbróglio, mas já vi que estamos todos de acordo em saber se este ponto será pedido de informação ao Governo ou se será um debate. Porque se for um debate, terá que ter outra tramitação. Portanto, só pedidos de informações?

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Como a proposta é minha, pareceu-me ter sido isso que dizia os meus colegas, o pedido de informações sobre o impacto das medidas que estavam a serem tomadas. A minha proposta não é sobre um debate. Aquilo que eu me apercebi, ou eles podem usar outra vez da palavra, e eu também tenho pergunta a fazer ao Governo, sobre de facto qual é o impacto das medidas que foram tomadas durante este período, desde que foi decretado o estado de emergência.

O Sr. **Presidente**: — Está esclarecido?

Há outra questão que temos que ver aqui em Comissão Permanente, se bem que deveria ser ao nível da Conferência de Líderes. Tendo em conta o período que estamos a viver, a questão de distanciamentos, na última Conferência, decidimos que não haveria almoço, por causa de garantias de segurança em termos de utensílios que vão ser utilizado durante o período de refeição.

Portanto, decidimos das 9 às 13 horas. Ainda que não termine a reunião, suspenderemos e retomaremos no dia seguinte ou no segundo período. Das 9 às 13 horas, se incluirmos o período das declarações políticas mais assuntos relevantes, mais o ponto da ordem do dia e informações, se calhar o tempo vai ser muito curto. Podíamos, talvez, é uma proposta, como está cá os Líderes, pôr apenas pontos da ordem do dia, mas como primeiro ponto informações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, a nossa bancada tem uma proposta, que o Sr. Deputado Arlindo Ramos vai avançar.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, achamos que os assuntos a serem tratados na próxima reunião, tratando-se de uma plenária especial, devíamos abdicar-nos do período antes da ordem do dia. Portanto, entraríamos directamente na ordem do dia, para termos tempo, porque sabemos como é que o período antes da ordem do dia é. São horas que perdemos ao ouvir aquilo que vamos ouvir depois nos pontos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Portanto, é uma proposta que a Mesa também estava a tentar neste sentido, para ver se diminuimos o tempo do período antes da ordem do dia. Sendo apenas o ponto da ordem do dia, teremos quatro pontos, íamos periodizar informações, que seria o ponto número 1 e os outros sucessivamente.

Estão de acordo?

**Vozes:** — Estamos.

O Sr. **Presidente:** — Estamos de acordo, por unanimidade, então, Sexta-feira às 9 horas, com os quatro pontos da ordem do dia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, é apenas um pedido de esclarecimento. Informações significa o quê? Pergunta ao Governo ou são informações? Porque nos termos regimentais, é pergunta ao Governo. Ou é uma coisa que nós vamos ter que criar, tendo em conta que no Regimento não há informações. Pergunta ao Governo ou debate. Temos que definir.

É um pedido de esclarecimento à Mesa, para não se chegar e dizer que não é pergunta, é só informação, e então o Governo chega e só passa informações e ponto final. Ou é pergunta ao Governo, e os grupos parlamentares preparam as perguntas e o Governo responde, e assim sucessivamente.

**Uma Voz:** — É só pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente:** — Nós vamos colocar na convocatória informações e pedido de esclarecimentos sobre tais, tais, tais, e só isto. Não vamos pôr perguntas sectoriais nem nada disso, porque tem outra tramitação. Teríamos que fazer perguntas e enviar ao Governo, depois para o Governo vir responder às perguntas certas no tempo certo. Não é nada disso. Portanto, não podemos colocar na convocatória algo que vai contrariar o que está no Regimento, mas naturalmente, ao pedir informações, tem-se que fazer perguntas. Não há outra forma de adquirir informações sem fazer perguntas.

Mais alguma questão?

Não sendo o caso, os Serviços vão trabalhar o tempo, das 9 às 13, e para cada ponto normalmente vamos fazer a distribuição.

A sessão vai ser no Anfiteatro e os Serviços vão tentar colocar o espaço espaçado, desculpem a redundância, para não haver contactos.

Está terminado a sessão, até a Sexta-feira às 9 horas.

*Eram 16 horas e 50 minutos.*